SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .................................................................................................................. 15

1. CONCEITO E IMPORTÂNCIA DOS PRINCÍPIOS .................................................. 19

2. O DIREITO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO ........................................... 25

3. BEM JURÍDICO-PENAL ...................................................................................................... 29
   3.1 Conceito e noções gerais ........................................................................................ 29
   3.2 Relação do bem jurídico com os princípios constitucionais penais ....................... 30
   3.3 Bem jurídico-penal e Constituição ........................................................................ 32
   3.4 Bem jurídico-penal difuso ..................................................................................... 33

4. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ........................................ 35
   4.1 Noções introdutórias .............................................................................................. 35
   4.2 Dignidade humana e direito penal ......................................................................... 40
   4.3 A dignidade humana e o sistema carcerário ....................................................... 41
   4.4 A dignidade da pessoa humana na fase de investigação criminal: o papel exercido pela mídia ................................................................. 45
   4.5 Dignidade humana e crimes sexuais. A Lei 12.015/2009 ......................................... 47
   4.6 A questão do bullying à luz da dignidade humana ............................................ 49
   4.7 O Direito Penal do inimigo à luz da dignidade humana. Aplicabilidade no Direito Penal brasileiro? ...................................................... 55

5. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ........................................................................................ 59
   5.1 Noções introdutórias .............................................................................................. 59
   5.2 Conceito e real significado da igualdade ............................................................... 60
| 5.3 | Isonomia formal e isonomia material | 63 |
| 5.4 | A igualdade na individualização da pena | 64 |
| 5.5 | A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) | 65 |
| 5.6 | A Lei de Discriminação Racial (Lei 7.716/1989) | 69 |
| 5.7 | Análise crítica da redação da Lei de Tortura | 70 |
| 5.8 | A proteção penal das pessoas portadoras de deficiência física | 71 |
| 5.9 | A parte criminal do Estatuto do Índio | 75 |
| 5.10 | Dos procedimentos investigativos da Lei do Crime Organizado | 77 |

| 6. | PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA ANTERIORIDADE | 83 |
| 6.1 | Noções introdutórias | 83 |
| 6.2 | O princípio da legalidade ao longo da história no Brasil | 84 |
| 6.3 | Significados do princípio da legalidade | 86 |
| 6.4 | Breves considerações sobre a origem histórica | 88 |
| 6.5 | Postulados do princípio da legalidade | 88 |
| 6.6 | O princípio da legalidade na teoria geral do crime | 90 |
| 6.7 | Características do tipo penal. A questão dos tipos penais abertos e das normas penais em branco | 91 |

| 7. | PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL | 95 |
| 7.1 | Noções introdutórias | 95 |
| 7.2 | A lei processual penal | 97 |
| 7.3 | Lei penal benéfica em período de vacatio legis | 98 |
| 7.4 | A questão referente à Lei 11.464/2007 | 100 |
| 7.5 | A Súmula Vinculante 26 do STF | 103 |
| 7.6 | A questão da Lei de Drogas | 104 |
| 7.7 | A retroatividade da lei benéfica e a execução penal | 107 |
| 7.8 | A retroatividade da lei penal nos crimes permanente e continuado | 107 |
SUMÁRIO

8. PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE DA PENA
   8.1 Noções gerais
   8.2 Os efeitos da sanção penal perante terceiros. O aspecto informal do princípio da personalidade da pena

9. PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA
   9.1 Noções introdutórias
   9.2 Visão geral das etapas da individualização da pena
   9.3 Individualização legislativa
   9.4 Individualização judicial
   9.5 Individualização executória
   9.6 O princípio da co-culpabilidade no contexto da aplicação da pena

10. PRINCÍPIO DA HUMANIDADE
    10.1 Noções introdutórias
    10.2 Aspectos históricos
    10.3 O período humanitário do Direito Penal. O papel de Beccaria na defesa de um Direito Penal humanizado e proporcional
    10.4 O princípio da humanidade das penas em relação ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)

11. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA
    11.1 Noções introdutórias
    11.2 O princípio da fragmentariedade
    11.3 A Lei de Contravenções Penais à luz dos princípios da intervenção mínima e da fragmentariedade
    11.4 Aspectos da Política Criminal atual. A influência da mídia e do clamor público na elaboração de leis penais

12. PRINCÍPIO DA ALTERIDADE
    12.1 Noções introdutórias
12.2 O princípio da alteridade e a autolesão ......................... 148
12.3 A questão da Lei de Drogas ........................................... 148

13. PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE ....................................... 151
13.1 Noções introdutórias .................................................... 151
13.2 Significados distintos da culpabilidade ........................... 151
13.3 Nexo de causalidade ..................................................... 153
13.4 Exceções ao princípio da culpabilidade .......................... 153
13.5 Responsabilidade penal da pessoa jurídica ...................... 154
13.6 A questão da embriaguez .............................................. 157

14. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE............................... 159
14.1 Noções introdutórias .................................................... 159
14.2 Das proibições de excesso e proteção insuficiente .......... 161
14.3 Conteúdo do princípio da proporcionalidade ................. 162
14.4 Proporcionalidade e razoabilidade ................................ 164
14.5 A proporcionalidade em relação à Parte Especial do Código Penal ................................................ 166

15. PRINCÍPIO DA LESIVIDADE OU OFENSIVIDADE............. 169
15.1 Noções gerais ............................................................ 169
15.2 Os crimes de perigo abstrato ........................................ 170

16. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA ..................................... 175

17. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL ............................... 181
Quadro sinótico dos princípios constitucionais penais implícitos ................................................ 183

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS........................................... 185